

AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA

A PROVA, PSICOGRÁFICA NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Augusto Vinícius Fonseca e Silva

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S586p

Silva, Augusto Vinícius Fonseca e.

A prova psicográfica no direito processual brasileiro / Augusto Vinícius Fonseca e Silva. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

381 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 331-346.

ISBN 978-85-8440-140-6

1. Espiritismo e direito – Brasil. 2. Obras psicografadas. 3. Prova (Direito). 4. Direito processual – Brasil. I. Título.

CDD – 133.90981

Sumário

Capítulo I - Religião, Estado, Ciência e Direito	1
I.1. Religião, Estado, Ciência e Direito se Repelem ou Não?.....	1
I.2. Estado Laico e Constituição Federal Brasileira de 1988.....	16
Capítulo II - Espiritismo	31
II.1. O que é Espiritismo? Visão Adequada	31
II.2. Espiritismo é (só) Religião?.....	37
II.2.1. O Espiritismo-ciência.....	41
II.2.2. O Espiritismo-filosofia.....	47
II.2.2.1. A Vida Além da Morte (Existe Morte?)	
– Uma Visão Científico-filosófica.....	52
II.3. Mediunidade	58
II.3.1. Noções Preliminares Necessárias	58
II.3.2. A Mediunidade Através dos Tempos	66
II.3.3. A Mediunidade Propriamente Dita:	
Definição, Classificação e Considerações	
Científicas Necessárias a uma Isenta, Adequada e	
Responsável Compreensão do Tema. O Médiun	86
II.4. A Psicografia.....	100
Capítulo III - Justificando a Prova Psicográfica no	
Direito Processual Brasileiro a partir da	
Filragem Constitucional do Processo	
– O Direito Fundamental à Prova como	
Aspecto da Ampla Defesa	107
III.1. A Constitucionalização do Direito Processual	107
III.1.1. Breves Linhas acerca da Constitucionalização	
do Direito. A Filragem Constitucional do	
Direito. O “Neoconstitucionalismo”	107

III.1.2. Constituição e Direito Processual. Constitucionalização do Processo e Neoprocessualismo. A Dicotomia Direito Constitucional Processual e Direito Processual Constitucional: Mero Jogo de Palavras?.....	164
III.1.3. Decorrência de Tudo o que se Expôs no Capítulo: O Direito Fundamental à Prova como Expressão do Direito de Ampla Defesa.....	182
Capítulo IV - Da Prova	199
IV.1. Teoria Geral da Prova.....	199
IV.1.1. Prova: Conceito; Sentidos da Palavra Prova; Finalidade e Objeto da Prova; Origem da Prova; Natureza Jurídica das Normas Relativas à Prova.....	199
IV.2. Algumas Linhas sobre a Verdade no Âmbito Processual.....	216
IV.3. A Prova e a Verdade sob a Égide do Contraditório.....	242
IV.4. Meios de Prova.....	245
IV.5. Classificação das Provas.....	250
IV.6. Sistemas de Avaliação da Prova – A Constelação de Provas.....	252
IV.7. O Juiz, Destinatário das Provas e Ser Humano Cultural.....	257
IV.8. Brevíssimo Exame de Dois Meios de Prova: Testemunhal e Documental.....	263
IV.8.1. Prova Testemunhal.....	264
IV.8.2. Prova Documental.....	267
IV.8.2.1. Delineamentos Gerais sobre o Documento.....	267
IV.8.2.2. Autoria do Documento.....	271
IV.8.2.3. Os Documentos Particulares.....	272
IV.8.2.4. A Prova Psicográfica – Conceito e Natureza Jurídica.....	274
IV.8.2.4.1. Posições Contrárias e Favoráveis à Admissibilidade da Prova no Direito Brasileiro – Nossa Posição.....	276
IV.8.2.4.2. Alguns Casos Concretos e a Jurisprudência.....	313
Epílogo.....	325
Bibliografia.....	331
Sites Consultados.....	347